



# Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

## 1. Informações Gerais

**Data:** 07/11/2022

**Horário:** 15h

**Local:** híbrido- presencial/teams

### Participantes/Representantes:

- Dr. Johaness Eck – Diretor-Geral;
- Dr. Ricardo Fioreze – Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP
- Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
- Diogo Albuquerque Ferreira – Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;
- Jorge Luiz Manfroi – Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO;
- Dra. Karen Luise Vilanova Batista de Souza – Juíza Auxiliar do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
- Leonardo Lemes Rosa – Diretor em substituição do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI;
- Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
- Cristine Marques Genú – Secretária de Comunicação Social – SCS;
- Bruno Cesar de Oliveira Lopes – Secretário de Administração – SAD;
- Raquel Wanderley da Cunha Chaussé - Secretária de Gestão de Pessoas – SGP;
- José Arthur Calixto – Assessor Chefe do Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça – CN;
- Manoelito Antonio dos Santos Junior – Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC;
- Mariana Feltrini Turibio – Assistente do Gabinete da Ouvidoria – OUV;
- Felipe Resende Sabino – Assessor da Secretaria de Auditoria – SAU;
- Wernne Silva – Secretário de Orçamento e Finanças – SOF;
- Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP
- Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ.

### Facilitador

- Dra. Dayse Starling Motta – Juíza Auxiliar da Presidência, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP.

### Equipe Técnica

- Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional
- Marina Brazil Bonani – Chefe substituta da Seção de Planejamento Institucional
- Verônica Fiuza Carvalho – Estagiária da Seção de Planejamento Institucional.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

**Presentes:**

Antônio Ferreira de Melo Filho	ESCRITÓRIO COOPERATIVO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS
Célia de Lima Viana Machado	COMISSÃO PERMANENTE DE SOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS
Erika Teixeira Guimarães	ESCRITÓRIO COOPERATIVO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS
Igor Caires Machado	ESCRITÓRIO COOPERATIVO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS
Janaína Castilho de Souza	SEÇÃO DE SELEÇÃO E GESTÃO DE DESEMPENHO
Juliana Rodrigues Freitas	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Karen Luise Vilanova	SECRETARIA-GERAL
Luciana Cristina Gomes Coelho Matias	ASSESSORIA JURÍDICA
Marta Maria Ferreira Azevedo	SECRETARIA DE AUDITORIA
Márcio Mendes Soares	GABINETE DA SECRETARIA-GERAL
Maria Eduarda de Souza Lopes	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Priscilla V. G. Santos	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA
Renata Maroja Stochiero	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Rogério Alves Lima	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
Tatiana de Araújo Vaz	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Thais Oliveira de Sousa	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Thais Martins Ferreira	SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS
Matheus Rodrigues Gonçalves	SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS
Sandra Maria Cavalcante Santana	GABINETE DE CONSELHEIRO
Max Antônio Rodrigues de Assis	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Rilzana Silva Lima	ASSESSORIA JURÍDICA
Gilmar Gomes Ferreira	COORDENADORIA DE IMPRENSA



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 2. Objetivos da reunião

Apresentar o desempenho dos indicadores e projetos institucionais referente ao período de janeiro a agosto de 2022; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas no cumprimento das metas; identificar soluções para os problemas percebidos na execução da estratégia do CNJ.

### 3. Pauta

- Divulgação do panorama geral dos resultados dos indicadores e dos projetos institucionais de janeiro a agosto de 2022;
- Apresentação dos resultados dos indicadores, dificuldades e destaques e pelas unidades;
- Apresentação do Monitoramento dos projetos institucionais.

### 4. Abertura

Com a fala inicial, o Dr. Ricardo Fioreze, Secretário Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica, abriu a 3ª Reunião de Análise Estratégica, que teve a finalidade de avaliar o desempenho da estratégia no período de janeiro a agosto. Pontuou que é a primeira reunião da atual gestão e uma oportunidade para a alta gestão avançar no conhecimento sobre a realidade, as dificuldades e os êxitos obtidos no CNJ. Ressaltou a maturidade da gestão estratégica, os desempenhos satisfatórios que o CNJ vem alcançando, além do desempenho conjunto e pessoal de cada um. Adicionou que o processo de formulação e execução do plano da estratégia está em constante evolução, sujeito a avaliações das convicções iniciais. Antecipou que o quadro atual aponta 18 objetivos estratégicos, sendo 11 com indicativo de boa execução, seis com indicativo de que exigem alguma atenção e um ainda não implementado, deixando evidente um resultado positivo. Dr. Ricardo Fioreze passou a palavra para o Diretor-Geral, Dr. Johaness Eck, que, após os cumprimentos, menciona que a RAE é uma das poucas oportunidades para reunir as unidades e compartilhar informações de natureza estratégica na busca, de forma colaborativa, da melhoria de ações futuras. A palavra foi passada a Adilson Medeiros, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ, para apresentar os resultados.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 5. Apresentações

Adilson Medeiros apresentou o Panorama Geral dos indicadores e projetos, e destacou que os resultados apresentados estão disponíveis no Portal do CNJ e na intranet. Sobre os resultados gerais, ressaltou que não há objetivos estratégicos não cumpridos; acerca dos indicadores, dos 40 constantes no plano, 23 estão cumpridos, quatro estão parcialmente cumpridos, seis não cumpridos e sete fora do período de medição. Avaliou que, aproximadamente, 60% foram executados com êxito, o que significa um bom resultado; sobre os projetos Institucionais, que são 31 na medição de agosto, 17 estão com indicativo de cumprimento, oito foram concluídos, cinco estão parcialmente cumpridos e um está não cumprido. A palavra foi passada para Dra. Starling Motta – Juíza Auxiliar da Presidência, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP, que lembrou do grande desafio do CNJ de ser exemplo e do objetivo da reunião na troca de experiências entre as unidades para avançar no planejamento e na gestão estratégica. A seguir as unidades foram convidadas a apresentar seus resultados.

#### 5.1 Departamento de Gestão Estratégica - DGE

Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, informou que o DGE tem seis indicadores no planejamento estratégico, mas ela falaria somente de alguns. Esclareceu que alguns indicadores dependem de outras unidades e citou o *Indicador 27 – Índice de execução do Plano de Logística Sustentável* que está com bom desempenho. Solicitou que as unidades continuem observando suas metas no PLS para manter o resultado e pediu ajuda no encaminhamento de informações ao DGE para o relatório anual, em especial a equipe de segurança. A seguir falou sobre o *Indicador 6 – Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais*, que está com desempenho insatisfatório, e informou que o DGE tem desenvolvido materiais para dar apoio aos gestores formuladores das políticas, mas que o CNJ precisa melhorar, pois, das 30 políticas mapeadas, apenas cinco têm um plano de implementação/ação. Como medida, apontou a retomada de reuniões com os gestores. Finalizou falando sobre o *Indicador 1 – Índice de cumprimento das Metas Nacionais*, ressaltando que as políticas do CNJ impulsionam o cumprimento das



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

metas nacionais e que há expectativa de que até o final do ano o resultado seja alcançado.

### **5.2 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD**

Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, deu ênfase ao *Indicador 31- Índice de capacitação do Poder Judiciário nas competências estratégicas*, que ficou abaixo da expectativa. Relatou que desde agosto houve avanços nos resultados, e que, a despeito da oferta de cursos, há dificuldade em cumprir a meta, a qual foi aumentada ao longo dos anos. Informou que com a pandemia houve aumento de participação em cursos à distância, mas que hoje já se nota saturação, com evasão de até 50%. Citou ainda novos cursos realizados a partir de agosto tais como da nova lei de licitações, execução contratual, cursos do Justiça 4.0, cursos da ouvidoria. Adicionou que até o final do ano o indicador terá melhor desempenho mas sugeriu revisão da meta. Dra. Dayse indicou avaliar a divulgação dos cursos para não limitar a participação em decorrência de um entendimento indevido da descrição como cursos de competências estratégicas. Sobre o *Indicador 32 – Índice de capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais* citou que está com bom desempenho e vai melhorar. Ao final Dra. Dayse sugeriu ainda que a Secretaria de Comunicação Social apoie na divulgação dos treinamentos abrangidos no indicador 31 com o fito de evitar revisão da meta.

### **5.3 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO**

Jorge Luiz Manfroi, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, esclareceu que o *Indicador 37 – Índice de publicações das informações orçamentárias dos tribunais* trata das publicações orçamentárias feitas pelos tribunais da União e pelos tribunais de justiça, portanto é dependente desses órgãos. Acrescentou que são publicações orçamentárias da Resolução 102, da Resolução 195 – priorização do 1º grau, RGF e Resolução 303-precatórios. Destacou o acompanhamento que o CNJ faz sobre a publicação e a correção dos dados.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 5.4 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF

Dra. Karen Luise, Juíza Auxiliar do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, apresentou o *Indicador 14 – Índice de Implementação das iniciativas que promovam os direitos de cidadania*. Explicou que faz a medição de alguns projetos: SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), Identificação e documentação da população prisional, audiências de custódia, alternativas penais, monitoração eletrônica, fomento ao trabalho e renda no sistema prisional e atenção à população egressa do sistema socioeducativo. São projetos divididos em cinco eixos do programa Fazendo Justiça. As entregas apuradas no período em análise equivalem a 72,15% da meta que para agosto era de 66%. Informou os percentuais individuais: SEEU, entrega de 17% dos 30% projetados; Identificação e documentação da população prisional, 18% dos 20% projetados; audiências de custódia, alternativas penais, monitoração eletrônica, dos 20% entregaram 14,6%; fomento ao trabalho e renda no sistema prisional e atenção às pessoas privadas de liberdade, dos 15% foram entregues 12,45%; e sobre o fortalecimento e qualificação do sistema socioeducativo, dos 15% projetados foram entregues 10%. Ressaltou que em relação à identificação civil, 12 estados iniciaram a implementação de identificação civil, 5.400 kits de identificação foram distribuídos, 10.489 pessoas passaram por um processo de identificação na porta de entrada, 10.052 pessoas mediante coleta do passivo (não tinham identificação e já estavam dentro do sistema). Adicionou que houve conclusão de ações de capacitação com coletas biométricas para as equipes de sete tribunais, implementação de fluxos de emissão de documentação civil aos pré-egressos via o SEEU em cinco tribunais. Sobre o SEEU informou que o sistema está implantado em 34 tribunais, 3.425 evoluções do sistema foram realizadas e 1.357.746 execuções penais já estão em tramitação dentro do sistema. Houve também o levantamento de requisitos do módulo de alternativas penais e monitoração eletrônica. Acrescentou que, com relação às ações de cidadania nos presídios, há 39 unidades do escritório social implantadas em 22 unidades da federação, 106 bolsas ofertadas, 4.000



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

downloads do aplicativo do escritório social virtual e a implantação de seis redes de atenção às pessoas egressas. Informou ainda que houve a conclusão de uma cartilha sobre trabalho e renda para as pessoas privadas de liberdade e egressas, a elaboração de um manual de atenção aos cuidados às pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei no âmbito do judiciário. No que tange ao sistema socioeducativo, relatou que foram identificadas 13 unidades da federação com instalação de centrais de vagas, sete com centrais de pós medidas socioeducativas e 15 com audiências concentradas em andamento. Informou que há jornadas formativas: central de vagas, audiências concentradas e programas pós medidas; também foi concluído um manual para qualificação do atendimento inicial integrado a adolescente, a quem se atribui a prática de ato infracional, e, em relação à porta de entrada do sistema prisional, são 21 capitais com serviço de atendimento à pessoa custodiada e foram elaboradas estratégias para priorização das audiências de custódia, o que refletiu nas primeiras 30 missões realizadas em 15 unidades da federação. Deu ênfase ao fato de que as ações são realizadas com a colaboração de magistrados, servidores, unidades e o programa Fazendo Justiça do PNUD.

### **5.5 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI**

Leonardo Lemes, Diretor em substituição do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, iniciou explicando o *Indicador 15 – Total de iniciativas compartilhadas* que se refere ao compartilhamento da ferramenta ConnectJus, a qual fomenta a comunicação em todo o Poder Judiciário sobre iniciativas de TI; Informou que o *Indicador 16 – Índice de satisfação dos usuários de TIC* é uma pesquisa que será lançada até o final do ano de 2022. Acerca do *Indicador 17 – Evolução do perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD* noticiou que foi apurado em setembro, que a meta era de 75,5 e o apurado foi 79,82. Finalizou abordando o *Indicador 18 – Índice de soluções de TIC de alta criticidade com gestão de riscos* e informou que em agosto estava previsto ter duas soluções com gestão de risco, mas havia somente uma, entretanto há previsão de alcançar a meta anual, tendo hoje 2 sistemas em aprovação e outros três em fase de coleta de dados.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 5.6 Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ

Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, mencionou que o DPJ conseguiu atingir a meta dos três indicadores da unidade e iniciou pelo Indicador 4 – *Índice de realização de pesquisas e painéis* que foi ampliado para abranger os painéis trazendo mais dinamicidade na informação que é publicada, acrescentou que essas informações são publicadas em formato aberto para serem replicadas pela academia. Sobre o *Indicador 7 – Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no painel de qualificação do DataJud* acrescentou que é o grande projeto da unidade. Ele muda o paradigma da coleta de dados que antes eram apurados de forma manual e descentralizada de várias formas e sistemas diferentes e agora estão unificados em um sistema único de coleta gerando informação de forma centralizada. Esclareceu que é um indicador de consistência e que atualmente está com 42% de inconsistências indicando que há muito a evoluir. Lembrou que a meta em cinco anos é chegar nos 95% de consistência e que 2022 foi um ano de grande evolução com a publicação do Justiça em números a partir do DataJud; do painel de estatísticas e do de grandes litigantes. Pontuou dificuldades com a publicação do painel de classe e assunto devido ao volume de dados. Citou o painel de metas nacionais ainda não elaborado e finalizou dizendo que a meta foi cumprida, mas ainda há grande esforço pela frente. Dra. Dayse alertou para o fato de que cumprir a meta não significa que os níveis estão satisfatórios para o público externo. Solicitou articulação com a SCS para dar publicidade dos painéis no site do CNJ. Dr. Ricardo acrescentou que o êxito pode se tornar em desafio para avançar na conquista de resultados maiores.

### 5.7 Secretaria de Comunicação Social - SCS

Cristine Marques Genú, Secretária de Comunicação Social, primeiramente apresentou o *Indicador 30 – Índice da satisfação com a comunicação interna* informando que será medido no final do mês de novembro. Na sequência, discorreu sobre o *Indicador 29 – Alcance e engajamento no Portal do CNJ*, que está com indicativo de parcialmente cumprido, e sobre ele informou que estão promovendo ações para melhorar o desempenho. Citou o curso de SO que a equipe fez com o



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

intuito de melhorar a visibilidade do site do CNJ, o que já está dando um bom retorno e por isso tem expectativa de alcançar a meta até o final do ano; sobre o *Indicador 28 – Alcance e engajamento nas redes sociais* informou que têm dificuldade de alcançar a meta porque estão sujeitos a regras das redes sociais sobre as quais o CNJ não tem controle. Citou também, como fator de dificuldade, a mudança da linha editorial havida em 2019. Assim, trouxe a proposta de alteração do indicador: retirar o Facebook, manter o Twitter e o Instagram e mudar a métrica de alcance para impressões, sendo alcance o número de pessoas que podem visualizar as postagens e impressões é o número total de vezes que as pessoas que foram alcançadas visualizaram o conteúdo, e justificou que o Twitter não tem alcance, somente impressão. Acrescentou que a dificuldade em alcançar a meta desmotiva a equipe. Dra. Dayse observou que ainda pode ser útil a permanência do Facebook e sugeriu verificar quem são os clientes, se internos ou externos ao judiciário, e o que se pretende: se for comunicar, então se deve analisar o que pode ser feito com a rede; caso contrário, se não for utilizado como forma de comunicação com o público interno, então vale a pena repensar o indicador. Dr. Ricardo reforçou a ideia de se especificar os objetivos. Cristina complementou com a informação de que estão procurando outras redes. Além disso, estão fazendo um trabalho mais proativo para oferecer a pauta a veículos externos.

### **5.8 Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral - DAGI**

Dr. Johaness Eck, Diretor Geral, lembrou que a DG tem a missão de oferecer infraestrutura e serviços para que o CNJ cumpra seu papel, pontuou que há perda de pessoal e que executam suas ações com menos recursos possíveis. Acrescentou que a DAGI, criada em substituição à chefia do gabinete, busca desburocratizar, automatizar processos e incorporar inovação. Sobre o desempenho do *indicador 3 – Quantidade de processos e projetos aprimorados ou implantados pela DAGI*, informou que o dado é semestral e que para o período a meta era seis processos e foram trabalhados mais de nove, o que gerou alto desempenho, contudo isso não é um indicativo de que a meta anual será facilmente alcançada porque, no segundo semestre, há processos mais complexos.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 5.9 Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF

Dr. Johaness Eck esclareceu que nos últimos dois anos a captação de recursos adicionais ao orçamento se tornou importante porque o orçamento do CNJ é limitado para a sua missão. Acrescentou que, à medida que projetos são gerados, faz-se necessário buscar recursos em outros órgãos do judiciário e às vezes fora. Pontuou que em 2021 foram captados mais de R\$ 60 milhões, que corresponde a mais de 50% do orçamento discricionário. Explicou que o *indicador 38 – Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ* está com desempenho zerado em agosto porque a captação ocorre normalmente no último trimestre, quando os órgãos já têm certeza de suas sobras orçamentárias. Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças, discorreu sobre o *indicador 39 – execução do orçamento do CNJ* que avalia e acompanha a execução do orçamento a partir dos pagamentos efetuados. Frisou que o maior desafio é no último bimestre e pontuou a importância da colaboração dos gestores para cobrar o que foi contratado, uma vez que a meta é desafiadora. Ao término, Dra. Dayse alertou para o final do ano atípico com a realização da copa do mundo, quando o cronograma fica comprometido.

### 5.10 Secretaria de Administração - SAD

Bruno Cesar de Oliveira Lopes, Secretário de Administração, noticiou que os indicadores atribuídos à SAD estão fora do período de medição mas informou o desempenho apurado em 2021 do *indicador 19 – Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ* que foi de 92%. Citou ainda o *indicador 20 – Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração* que abrange limpeza, copeiragem, transporte, material de expediente, enfim, todos os serviços necessários para o funcionamento do órgão. Alertou que o CNJ cresceu bastante e que a SAD foi bastante demandada no retorno das atividades presenciais. Solicitou a colaboração dos gestores na divulgação da pesquisa de satisfação e, por fim, informou sobre o ajuste de metas que passou de 75% para 85% em 2022.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 5.11 Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

Raquel Wanderley da Cunha Chaussé, Secretária de Gestão de Pessoas, deu foco a dois indicadores dos quatro da unidade, quais sejam: *indicador 33 – Índice de capacitação dos servidores do CNJ* e *indicador 34 – Índice de capacitação dos gestores do CNJ*. Noticiou que o foco é aumentar a participação tanto dos servidores quanto dos gestores nas capacitações ofertadas e pontuou a dificuldade de incluir na jornada de trabalho os treinamentos. Para lidar com essa situação a SGP disponibilizou cursos à distância, não síncronos, para serem realizados no melhor horário para o participante. Solicitou apoio dos gestores para estimularem a participação de suas unidades nas ações de capacitação. Também informou que os cursos têm tido boas avaliações e reforçou o processo SEI. Dra. Dayse pontuou a necessidade de medir o aumento de produtividade após a realização dos treinamentos.

### 5.12 Corregedoria Nacional de Justiça - CN

José Artur Calixto, Chefe de gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça, abordou que a unidade é responsável por quatro indicadores e que o Ministro Salomão propôs melhorar as metas, que já tinham desempenho de 100%. Sobre o *indicador 2 – Índice de execução do plano de acompanhamento das unidades judiciais* informou que têm sido desenvolvidas ferramentas para acompanhamento e cobrança das corregedorias estaduais para cumprimento das metas nacionais 1 e 2 e que 85% do descumprimento se deve à falta de qualificação dos gestores dos gabinetes dos desembargadores, em especial o gerenciamento do acervo dos processos. Nas inspeções, a CN orienta e sugere cursos para melhorar o desempenho. Acerca do *indicador 11 – Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correções* informou o aprimoramento do indicador e a intenção de evoluir fazendo monitoramento em tempo real dos sistemas de informática dos tribunais e na montagem de painéis nesses órgãos. Sobre o *indicador 12 – Índice de execução do plano de inspeções* esclareceu que a gestão anterior já tinha concluído o cronograma, que o Ministro Salomão acrescentou três inspeções a serem realizadas até o final do ano e que há preocupação com o custo, por isso houve diminuição do tamanho da equipe e do



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

prazo. Finalizou explanando sobre o *indicador 13 – Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais* destacando que houve melhorias na gestão anterior e que atualmente as principais ações dizem respeito ao operador nacional do sistema de registro de imóveis que é feito de forma on-line. Também citou a implantação do serviço eletrônico de registros públicos que fará a interoperabilidade de todos os cartórios de registro para que o cidadão consiga fazer tudo que precisa em cartório pela internet. Esse é um trabalho grande e foi instituído um grupo de trabalho. Pontuou que o Ministro entende que os cartórios são fundamentais na resolução de conflitos de maneira extrajudicial. Dra. Dayse sugeriu que o CEAJUD se reúna com a CN para verificar a possibilidade de propor treinamentos de gestão processual.

### **5.13 Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos - CSAC**

Manoelito Júnior, representante da CSAC, falou sobre o *indicador 40 – Índice de implementação das iniciativas que promovam a política de soluções alternativas de conflitos* que é composto de dois projetos: a semana de conciliação e o prêmio conciliar é legal, que estão conforme o previsto. Noticiou o início da semana de conciliação, que tem 5 dias e tem boa expectativa de realização. Adicionou que em 2020, em decorrência da pandemia, houve queda das conciliações no período, mas, em 2021, foram cerca de 71.000 processos com sentenças de acordo homologadas no período de 5 dias. Para o próximo ano informou que talvez haja acréscimo de mais dois ou três programas porque foi implementada a Política Nacional da Conciliação específica para processos tributários. Dra. Dayse pontuou que será um avanço porque cerca de 35% do acervo das execuções é de processos tributários.

### **5.14 Ouvidoria - OUV**

Mariana Feltrini Turibio, representante da Ouvidoria, esclareceu a natureza dos indicadores sendo um quantitativo e um qualitativo. O *indicador 8 – Atendimento da ouvidoria* é o quantitativo. tem meta de 93% e o resultados apurado em agosto foi 96%, valor que vem sendo atingido desde 2020, o que sugere uma possibilidade de reavaliação da meta. Agradeceu os setores porque têm atendido prontamente e



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

possibilitado o alcance do desempenho. Sobre o *indicador 9 – Satisfação com o atendimento da ouvidoria* esclareceu que são quatro fatores avaliados: qualidade no atendimento, tempo de resposta, satisfação quanto ao desfecho e clareza na resposta e que o valor tem sido puxado para baixo pelo item satisfação quanto ao desfecho que tem ficado em 53%. Os demais têm se aproximado da meta de 74%. Registrou o aumento da demanda que em 2019 foi de 13%, 2020, 7%, 2021 18% e há uma projeção para 2022 de 23%. Avaliou, por fim, que esses dados são um desafio e uma satisfação porque mostram o interesse do cidadão.

### **5.15 Secretaria de Auditoria – SAU**

Felipe Resende Sabino, Assessor-chefe da Secretaria de Auditoria, informou que o *indicador 22 – Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria*, tem exigido atenção na aferição, e que parte de um modelo internacional de auditoria. O modelo tem níveis e o CNJ está buscando alcançar o nível 2. Para tanto, as tarefas foram desdobradas a fim de viabilizar a medição e o processo continua em calibragem para que seja desafiador. Sobre o *indicador 23 – Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria consultoria* esclareceu que também é um desafio porque não é somente um índice de satisfação, mas uma percepção se o grau de maturidade está de fato na execução. Não abordou os demais indicadores porque ainda não foram mensurados.

### **5.16 Escritório Corporativo de Projetos Institucionais - ECP**

Cristina de Oliveira Winclker, Coordenadora do Escritório Corporativo de Projetos Institucionais, informou que o ECP tem 38 projetos registrados, número diferente do apresentado pelo DGE, porque há projetos que constam em indicadores e são retirados do cômputo geral no planejamento estratégico. Também informou que são considerados somente projetos formalizados de acordo com a IN n. 79/2020. Esclareceu que não existe um sistema de gerenciamento de projetos, mas que foi construído um painel e teve início, no âmbito do projeto PMOJUD, o desenvolvimento de um ambiente customizado para que os gerentes de projetos possam acompanhar, com melhor performance, a evolução dos trabalhos. Acrescentou que houve revisão da metodologia para uma visão de benefícios, planejamento em etapas e ciclos curtos



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

para entregas de valor. Dra. Dayse acrescentou que a metodologia foi adequada à realidade do CNJ que tem ciclos de gestão curtos e que a visão de benefícios traz maior convencimento. Na continuidade, Cristina passou a informar a situação dos projetos em agosto: 42% no prazo, 29% concluídos, 13% parcialmente no prazo, 8% autorizados, 5% atrasados e 3% não mensurados. A seguir apresentou o panorama na perspectiva dos objetivos estratégicos informando que dois objetivos concentram 52% dos projetos, quais sejam: fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos, com 11 projetos, e fomentar e incrementar a produção de soluções, com foco em inovação e transformação digital, com 9 projetos. Adicionou que há 14 unidades responsáveis, patrocinadoras dos proponentes de projetos e 15 unidades gestoras, executoras de projetos. Por fim, apresentou a relação de projetos concluídos em 2022: Justiça começa na infância, RENAJUD, SISBAJUD, XII Prêmio Conciliar é legal (edição 2022), Pesquisa Discriminação e Violência contra a população LGBTQIA+, Depoimento especial das crianças e adolescentes permanentes aos povos e comunidades tradicionais, justiça itinerante, XVI semana da conciliação, Apostil e-app de Haia, Diagnóstico e disseminação – Justiça 4.0 e Comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. Agradeceu o apoio das unidades e colocou o ECP à disposição para o planejamento dos projetos.

## 6. Considerações Finais

Dr. Ricardo agradeceu ao DGE pelo apoio na execução da RAE e aos participantes pelo comprometimento na execução da estratégia do CNJ. Ressaltou que o encontro marcou a avaliação, que é uma das fases da execução da estratégia, mas que o principal é o comprometimento e a participação de todo o corpo funcional. Na sequência finalizou a reunião.